

Cadernos **IHU** *ideias*



ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)
Ano 14 • n° 246 • vol. 14 • 2016



O conceito de subsunção do trabalho ao capital: rumo à subsunção da vida no capitalismo biocognitivo

Andrea Fumagalli

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



 UNISINOS

O conceito de subsunção do trabalho ao capital: rumo à subsunção da vida no capitalismo biocognitivo

The Concept of Subsumption of Labour to Capital: Towards the Life Subsumption in Bio-Cognitive Capitalism

Resumo

Nos últimos 40 anos, o atual processo de acumulação e valorização capitalista assumiu nomes diferentes: o mais comum deles, pós-fordismo, é também o mais antigo. O termo “pós-fordismo” se tornou popular durante a década de 1990, especialmente através da *école de la régulation* francesa. Esse termo, entretanto, não deixa de conter ambiguidades e interpretações diversas, como ocorre com todos os termos que são definidos de modo negativo. Com o termo “pós-fordismo” definimos o período, da crise de 1975 até a do início dos anos 1990, durante o qual o processo de acumulação e valorização não se baseou mais na centralidade da produção material fordista, na fábrica verticalmente integrada, grande. Ao mesmo tempo, nesse período, ainda não possuímos um paradigma alternativo. Não causa surpresa que no prefixo “pós-” nós expressemos o que não está mais aí, sem acentuar o que efetivamente aparece no presente. A fase pós-fordista se caracteriza, de fato, pela presença conjunta de mais modelos produtivos: desde o modelo toyotista japonês do *just in time* derivado do taylorismo até o modelo do distrito industrial de pequenas empresas e o desenvolvimento de linhas produtivas que tendem a se tornar internacionais de acordo com uma hierarquia. Entre esses modelos, ainda é impossível identificar um paradigma hegemônico. Depois da primeira Guerra do Golfo, as inovações nos campos de transporte, linguagem e comunicação (TICs) começaram a se reunir em torno de um novo paradigma único de acumulação e valorização. A nova configuração capitalista tende a identificar no “conhecimento” e no “espaço” (geográfico e virtual) como mercadorias um novo fundamento para as aptidões dinâmicas da acumulação.

Palavras- chave: Subsunção; Trabalho x Capital; Capitalismo Biocognitivo.

Abstract

In the last forty years, the current process of capitalist accumulation and valorization has assumed different names: the most common of these, post-Fordism, is also the oldest. The term post-Fordism became popular during the 1990s, especially through the French *école de la régulation*. This term, however, is not without its ambiguities and diverse interpretations, as are all terms that are defined in a negative way. With the term post-Fordism we define the period, from the 1975 crisis to the early 1990s crisis, during which the process of accumulation and valorization was no longer based on the centrality of Fordist material production, the vertically integrated, large factory. At the same time, in this period, we do not yet possess an alternative paradigm. Unsurprisingly, in the prefix “post-” we express what is no longer there, without underlining what actually appears in the present. The post-Fordist phase is, in fact, characterized by the conjoined presence of more productive models: from the Japanese Toyotist model of the “just in time” derived from Taylorism to the industrial district model of small enterprises and the development of productive lines that tend to become international according to a hierarchy. Among these models, it is still impossible to identify a hegemonic paradigm. After the first Gulf War, innovations in the fields of transportation, language and communication (ICT) started to gather around a new single paradigm of accumulation and valorization.

Keywords: Subsumption; Labour to Capital; Bio-Cognitive Capitalism.

Cadernos
IHU *ideias*

**O conceito de subsunção
do trabalho ao capital:
rumo à subsunção da vida
no capitalismo biocognitivo**

Andrea Fumagalli

Università di Pavia, Itália

ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)
ano 14 • nº 246 • vol. 14 • 2016

Tradutor: Luís Marcos Sander

 UNISINOS

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS 

Cadernos IHU ideias é uma publicação quinzenal impressa e digital do **Instituto Humanitas Unisinos** – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor: Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor: José Ivo Follmann, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor: Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo: Jacinto Schneider

ihu.unisinos.br

Cadernos IHU ideias

Ano XIV – Nº 246 – V. 14 – 2016

ISSN 1679-0316 (impresso)

ISSN 2448-0304 (online)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial: MS Jéferson Ferreira Rodrigues; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Prof. MS Gilberto Antônio Fagion; Prof. Dr. Lucas Henrique da Luz; MS Marcia Rosane Junges; Profa. Dra. Marilene Maia; Profa. Dra. Susana Rocca.

Conselho científico: Prof. Dr. Adriano Naves de Brito, Unisinos, doutor em Filosofia; Profa. Dra. Angelica Massuquetti, Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; Profa. Dra. Berenice Corsetti, Unisinos, doutora em Educação; Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja, Unisinos, doutor em Psicologia; Prof. Dr. César Sanson, UFRN, doutor em Sociologia; Prof. Dr. Gentil Corazza, UFRGS, doutor em Economia; Profa. Dra. Suzana Klipp, Unisinos, doutora em Comunicação.

Responsável técnico: MS Jéferson Ferreira Rodrigues

Imagem da capa: Pixabay

Revisão: Carla Bigliardi

Editores: Rafael Tarcísio Fomeck

Impressão: Impressos Portão

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2003) - . – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003- .

v.

Quinzenal (durante o ano letivo).

Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.

Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 11, n. 204 (2013).

ISSN 1679-0316

1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 316

1

32

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

ISSN 1679-0316 (impresso)

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos IHU ideias:

Programa Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
Av. Unisinos, 950, 93022-750, São Leopoldo RS Brasil
Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467
Email: humanitas@unisinos.br

O CONCEITO DE SUBSUNÇÃO DO TRABALHO AO CAPITAL: RUMO À SUBSUNÇÃO DA VIDA NO CAPITALISMO BIOCOGNITIVO¹

Andrea Fumagalli

Università di Pavia, Itália

1. Introdução

Nos últimos 40 anos, o atual processo de acumulação e valorização capitalista assumiu nomes diferentes²: o mais comum deles, pós-fordismo, é também o mais antigo. O termo “pós-fordismo” se tornou popular durante a década de 1990, especialmente através da *école de la régulation* francesa³. Esse termo, entretanto, não deixa de conter ambiguidades e interpretações diversas, como ocorre com todos os termos que

1 Originalmente o artigo foi publicado em: FUMAGALLI, Andrea. The Concept of Subsumption of Labour to Capital: Towards the Life Subsumption in Bio-Cognitive Capitalism. In: FISHER, Eran; FUCHS, Christian (Org.). *Reconsidering Value and Labour in the Digital Age*. London, UK: Palgrave Macmillan, July 25, 2015, pp. 224-245.

2 Esta introdução se refere ao prefácio de meu texto Twenty Thesis on Contemporary Capitalism (Cognitive Biocapitalism), *Angelaky*, v. 16, p. 7-8.

3 Como nos lembra M. Turchetto, “a origem da noção de pós-fordismo não reside no marxismo ortodoxo ou no operáismo. Essas duas correntes de pensamento importaram o termo e sua correspondente definição da França, adaptando-o a seu aparelho conceitual. O direito autoral do pós-fordismo pertence, com efeito, à *école de la régulation* francesa” (cf. M. TURCHETTO, Fordismo e post fordismo: Qualche dubbio su un’analisi un po’ troppo consoli data. In: VV.AA., *Oltre il fordismo: Continuità e trasformazioni nel capitalismo contemporaneo*, Milano: Unicopli, 1999). Um dos primeiros autores a usar o termo “pós-fordismo” foi o geógrafo inglês A. AMIN em seu livro *Post-Fordism: A Reader*, Oxford: Blackwell, 1994. Dentro da *école de la régulation* francesa, cf. B. JESSOP, *The Regulation Approach: Governance and Post-Fordism*, Economy and Society, Oxford: Blackwell, 1995; A. LIPIETZ, The Post-Fordist World: Labor Relations, International Hierarchy and Global Ecology, *Review of International Political Economy*, v. 4, n. 1, p. 1-41, 1997; R. BOYER e J.-P. DURAND, *L’Après-fordisme*, Paris: Syros, 1998. Quanto ao debate italiano, o primeiro texto a usar o termo “pós-fordismo” é S. BOLOGNA e A. FUMAGALLI (eds.), *Il lavoro autonomo di seconda generazione: Scenari del postfordismo in Italia*, Milano: Feltrinelli, 1997. Cf. também E. RULLANI e L. ROMANO, *Il Postfordismo: Idee per il capitalismo prossimo venturo*, Milano: Etas Libri, 1998, e o já citado texto crítico de M. TURCHETTO.

são definidos de modo negativo. Com o termo “pós-fordismo” definimos o período, da crise de 1975 até a do início dos anos 1990, durante o qual o processo de acumulação e valorização não se baseou mais na centralidade da produção material fordista, na fábrica verticalmente integrada, grande.

Ao mesmo tempo, nesse período, ainda não possuímos um paradigma alternativo. Não causa surpresa que no prefixo “pós-” nós expressemos o que não está mais aí, sem acentuar o que efetivamente aparece no presente. A fase pós-fordista se caracteriza, de fato, pela presença conjunta de mais modelos produtivos: desde o modelo toyotista japonês do *just in time* derivado do taylorismo⁴ até o modelo do distrito industrial de pequenas empresas⁵ e o desenvolvimento de linhas produtivas que tendem a se tornar internacionais de acordo com uma hierarquia⁶. Entre esses modelos, ainda é impossível identificar um paradigma hegemônico.

Depois da primeira Guerra do Golfo, as inovações nos campos de transporte, linguagem e comunicação (TICs) começaram a se reunir em torno de um novo paradigma único de acumulação e valorização. A nova configuração capitalista tende a identificar no “conhecimento” e no “espaço” (geográfico e virtual) como mercadorias um novo fundamento para as aptidões dinâmicas da acumulação. Em consequência disso, formam-se duas novas economias de escala, que são a base para o crescimento na produtividade (ou a fonte da mais-valia): economias aprendentes e economias em rede. As primeiras estão ligadas ao processo de geração e à criação de conhecimento novo (baseado em novos sistemas de comunicação e tecnologias da informação); as segundas se derivam das modalidades organizacionais de cada distrito (redes territoriais ou áreas sistêmicas), que não são mais usadas apenas para produção e distribuição, mas,

4 Cf., entre outros, T. OHNO, *Toyota Production System: Beyond Large-Scale Production*, New York: Productivity, 1995; G. BONAZZI, *Il tubo di cristallo: Modello giapponese e fabbrica integrata alla Fiat*, Bologna: Il Mulino, 1993; M. REVELLI, *Economia e modello sociale nel passaggio tra fordismo e toyotismo*, in: P. INGRAO e R. ROSSANDA (eds.), *Appuntamenti di fine secolo*, Roma: Manifestolibri, 1995, p. 161-224; B. CORIAT, *Penser a l'invers*, Paris: Bourgois, 1991.

5 Cf. M. PRIORE e C. SABEL, *The Second Industrial Divide: Possibilities for Prosperity*, New York: Basic, 1984; S. BRUSCO, *Piccole imprese e distretti industriali*, Torino: Rosenberg, 1989; G. BECATTINI, *Distretti industriali e sviluppo locale*, Torino: Bollati Boringhieri, 2000. Para uma análise crítica, cf. M. LAZZARATO, Y. MOULIER-BOUTANG, A. NEGRI e G. SANTILLI, *Des entreprises pas comme les autres*, Paris: Publisud, 1993; A. FUMAGALLI, *Lavoro e piccolo impresa nell'accumulazione flessibile in Italia. Parte I e Parte II*, *Altreragoni*, 5 e 6, 1996-7.

6 Cf. C. PALLOIX, *L'economia mondiale e le multinazionali*, 2 v., Milano: Jaca, 1979 e 1982; G. BERTIN, *Multinationales et proprietes industrielles: Le Controle de la technologie mondiale*, Paris: PUF, 1985.

em grau crescente, como veículo de difusão (e controle) de conhecimento e progresso tecnológico. Podemos chamar esse paradigma de acumulação de capitalismo cognitivo⁷:

O termo “capitalismo” designa a permanência, ainda que metamórfica, das variáveis fundamentais do sistema capitalista: o papel principal do lucro e o sistema salarial em particular ou, mais precisamente, as diferentes formas de trabalho empregado do qual a mais-valia é extraída. O atributo “cognitivo” evidencia a nova natureza do trabalho, das fontes de valorização e estrutura de propriedade, em que o processo de acumulação se fundamenta, e as contradições que essa mutação gera⁸.

A centralidade das economias aprendente e em rede, típica do capitalismo cognitivo, é questionada no início do novo milênio, na sequência do estouro da bolha da economia da internet e suas especulações, em março de 2000. O novo paradigma cognitivo, por si só, é incapaz de proteger o sistema socioeconômico da instabilidade estrutural que o caracteriza. Também é necessário que nova liquidez seja direcionada para os mercados financeiros. A capacidade dos mercados financeiros de gerar “valor” está vinculada ao desenvolvimento de “convenções” (bolhas especulativas) que possam criar expectativas um tanto homogêneas, forçando, assim, os principais operadores financeiros a apoiar certos tipos de atividades financeiras⁹.

7 Esse termo se originou na França no início dos anos 2000 a partir da pesquisa do Laboratoire Isys-Matisse, Maison des Sciences Economiques, Université de Paris I, La Sorbonne, sob a direção de B. Paulré, e é difundido pela revista *Multitudes*, com textos muito heterogêneos de A. Corsani, M. Lazzarato, Y. Moulier-Boutang, T. Negri, E. Rullani, C. Vercellone e outros. Sobre esse tema, cf. também B. PAULRÉ, *De la New Economy au capitalisme cognitif*, *Multitudes*, n. 2, p. 25-42, 2000; C. AZAIS, A. CORSANI e P. DIEUAIDE (eds.), *Vers un capitalisme cognitif*, Paris: l'Harmattan, 2001; Y. MOULIER-BOUTANG, *L'eta' del capitalismo cognitivo*, Verona: Ombre Corte, 2002; C. VERCELLONE (ed.), *Sommes-nous sortis du capitalisme industriel?* Paris: La Dispute, 2003; A. CORSANI, P. DIEUAIDE, M. LAZZARATO, J. M. MONNIER, Y. MOULIER-BOUTANG, B. PAULRÉ e C. VERCELLONE, *Le Capitalisme cognitif comme sortie de la crise du capitalisme industriel: Un programme de recherche*, 2004. Para uma análise mais recente, cf. C. VERCELLONE (ed.), *Capitalismo cognitivo*, Roma: Manifestolibri, 2006; A. FUMAGALLI, *Bioeconomia e capitalismo cognitivo: Verso un nuovo paradigma di accumulazione*, Roma: Carocci, 2007; Y. MOULIER-BOUTANG, *Le Capitalisme cognitif: Comprendre la nouvelle grande transformation et ses enjeux*. Paris: Editions Amsterdam, 2007. Cf. também o número monográfico “Le Capitalisme cognitif. Apports et perspectives” do *European Journal of Economic and Social Systems*, v. 20, n. 1, 2007, ed. por A. Fumagalli e C. Vercellone, com contribuições de A. Arvidsson, L. Cassi, A. Corsani, P. Dieuaide, S. Lucarelli, J. M. Monier e B. Paulré, bem como dos editores.

8 Cf. D. LEBERT e C. VERCELLONE, *Il ruolo della conoscenza nella dinamica di lungo periodo del capitalismo: l'ipotesi del capitalismo cognitivo*, in: *Capitalismo cognitivo*, Roma: Manifestolibri, 2006.

9 A. ORLÉAN, *Del'euphorie à la panique: Penser la crise financière*. Paris: Rue d'Ulm, 2009.

O que a economia da internet fez nos anos 1990 foi seguido nos anos 2000 pela grande atração para o desenvolvimento de mercados asiáticos (a China entrou na OMC em dezembro de 2001) e imóveis. Atualmente, o foco está, na maior parte, no desempenho dos estados de bem-estar social europeus. Independentemente da convenção dominante, o capitalismo contemporâneo está sempre em busca de novos círculos sociais e vitais para absorver e transformar em mercadoria, envolvendo em grau crescente as meras faculdades vitais dos seres humanos. É por essa razão que, ao longo dos últimos anos, temos ouvido falar de bioeconomia e biocapitalismo¹⁰.

Em anos recentes, essa tendência tem sido particularmente enfatizada pela disseminação das chamadas “mídias sociais” (Facebook, Twitter, Instagram e sítios semelhantes), cujo consumo mostra como é difícil encontrar uma separação clara entre atividade produtiva e improdutiva (em termos de produção de riqueza). Cada vez mais, o lazer, o jogo ou a brincadeira e o ócio convergem para formas de trabalho¹¹.

Neste ponto, o leitor ou a leitora deveria entender claramente como o termo usado nestas páginas é apenas a contração entre capitalismo cognitivo e biocapitalismo: capitalismo biocognitivo é a expressão que define o capitalismo contemporâneo.

10 Os termos “bioeconomia” e “biocapitalismo” são muito recentes. O conceito de bioeconomia foi introduzido por A. FUMAGALLI, em 2004; cf. Conoscenza e bioeconomia, *Filosofia e Questioni Pubbliche*, v. IX, n. 1, p. 141-61, 2004), e Bioeconomics, Labour Flexibility and Cognitive Work: Why Not Basic Income? In: G. STANDING (ed.), *Promoting Income Security as a Right: Europe and North America*, London: Anthem, 2005, p. 337-50, bem como A. FUMAGALLI, *Bioeconomia e capitalismo cognitivo*. Para uma análise interessante do conceito de bioeconomia, cf. também F. CHICCHI, Bioeconomia: ambienti e forme della mercificazione del vivente, in: A. AMENDOLA, L. BAZZICALUPPO, F. CHICCHI e A. TUCCI (ed.), *Biopolitica, bioeconomia e processi di soggettivazione*, Macerata: Quodlibet, 2008, p. 143-58, e L. BAZZICALUPPO, *Il governo delle vite: Biopolitica ed economia*, Roma e Bari: Laterza, 2006. O termo “biocapitalismo”, por sua vez, foi cunhado por V. CODELUPPI, *Il biocapitalismo: Verso lo sfruttamento integrale di corpi, cervelli ed emozioni*, Torino: Bollati Boringhieri, 2008; C. MORINI, The feminization of labour in cognitive capitalism, *Feminist Review*, n. 87, p. 40-59, 2007. Cf. também os textos mais recentes C. MORINI, *Per amore o per forza: Femminizzazione del lavoro e biopolitiche del corpo*, Verona: Ombre Corte, 2010; A. FUMAGALLI, *Twenty Thesis on Contemporary Capitalism (Cognitive Biocapitalism)*, *Angelaky*, v. 16, p. 7-17, 2011, e *La vie mise au travail: nouvelles formes du capitalisme cognitive*, Paris, Eterotopia France, 2015.

11 Cf. C. FUCHS, *Digital Labour and Karl Marx*, New York: Routledge, 2014; E. FISHER, *Media and New Capitalism in the Digital Age: The Spirit of Networks*, London: Palgrave, 2013; A. FUMAGALLI, 2015.

2. Subsunção formal e subsunção real em Marx

A exploração capitalista é descrita por Marx com duas formas diferentes de *subsunção*¹²: *formal e real*, como o resultado da evolução histórica do capitalismo e da metamorfose contínua da relação capital-trabalho. Essas duas formas de *subsunção* se referem a dois conceitos diferentes de mais-valia: absoluta e relativa. De acordo com Marx, o estágio da *subsunção formal* do trabalho ao capital se caracteriza pela prevalência da mais-valia absoluta. A *subsunção real*, por sua vez, está associada com a extração de mais-valia relativa.

O período histórico da *subsunção formal* corresponde ao período do capitalismo pré-industrial que leva ao limiar da Revolução Industrial e ao primeiro capitalismo artesanal, em que a exploração do trabalho e sua submissão ao capital se dá “com base em um processo de trabalho preexistente”¹³. Nesse contexto, a mais-valia se origina da extensificação do trabalho através da ampliação contínua da jornada de trabalho diária: “Chamo de mais-valia absoluta a mais-valia produzida pela prolongação do dia de trabalho.”¹⁴ O primeiro estágio do capitalismo pode, portanto, ser lido como o estágio em que a atividade produtiva não é afetada por uma forte aceleração do progresso tecnológico, com exceção do período da revolução industrial no fim do século XVIII, que assinala a introdução muito difundida de máquinas e afeta relativamente o “know-how” dos trabalhadores. Entretanto, o que se certifica estruturalmente nesse estágio de *subsunção formal* é a transição gradual, mais ou menos violenta, para a figura do *trabalhador artesão*. Com esse passo, o artesão perde sua

12 Como sugeriu C. Vercellone, o termo “subsunção” deve ser preferido ao termo “submissão”, “porque nos permite compreender melhor a permanência da oposição do capital ao trabalho e o conflito em torno do controle dos ‘poderes intelectuais de produção’ no desdobramento dos diferentes estágios da divisão capitalista do trabalho”. Cf. C. VERCELLONE, *From Formal Subsumption to General Intellect: Elements for a Marxist Reading of the Thesis of Cognitive Capitalism, Historical Materialism*, v. 15, p. 15, nota 4, 2007.

13 Escreve Marx: “Chamo a forma que se baseia na mais-valia absoluta de *subsunção formal* do trabalho sob o capital porque ela só se distingue formalmente dos modos anteriores de produção com base nos quais se origina (é introduzida) diretamente, modos em que ou os produtores são trabalhadores autônomos ou os produtores diretos têm de fornecer sobre-trabalho a outros”. Cf. K. MARX, *The Capital*, Book I, ch. VI (Inédito), *Results of the Direct Production Process*, p. 93, 1964 (<http://www.marxists.org/archive/marx/works/1864/economic/>). Cf. também C. Vercellone: “O estágio de *subsunção formal* se desenvolve entre o início do século XVI e o fim do século XVIII. Ele se baseia nos modelos de produção do sistema *putting-out* e da manufatura centralizada. A relação do capital/trabalho é marcada pela hegemonia do conhecimento de artesãos e de trabalhadores com um ofício, e pela preeminência dos mecanismos de acumulação de tipo mercantil e financeiro” (C. VERCELLONE, 2007, p. 15).

14 K. MARX, *The Capital*, Book I, Part V: The Production of Absolute and of Relative Surplus-Value. Ch. XVI: Absolute and Relative Surplus-Value (ed. italiana, p. 354): <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1867-c1/ch16.htm>.

autonomia de trabalhar por conta própria para ser transformado em empregado assalariado do capital, enquanto mantém parcialmente inalterado seu desempenho em termos de trabalho (*assalariamento*).

A extração de mais-valia absoluta, entretanto, depara-se com um limite intransponível: 24 horas por dia. O prolongamento das jornadas de trabalho não pode ocorrer de forma a pôr em perigo a reprodução da força de trabalho, assim como o escravo, embora fosse inteiramente de propriedade do dono, precisava ser mantido. Assim, na primeira metade do século XIX alguns limites do tempo de trabalho são introduzidos: ele não pode exceder 10 horas, e há limites adicionais no tocante à jornada de trabalho para mulheres e crianças.

É necessário encontrar novas formas de extrair sobretrabalho e aumentar a mais-valia. Assim, vai começar o estágio da *subsunção real* do trabalho ao capital. No estágio da *subsunção formal*, o sistema capitalista de produção seguiu na direção da extensificação da atividade laboral, rumo a um controle maior do capital. Para essa finalidade, é possível trabalhar de duas formas: a) o prolongamento da jornada de trabalho até o limite máximo permitido pela necessidade de garantir a reprodução da força de trabalho e b) o *assalariamento* da maior quantidade de mão de obra possível, na presença de uma determinada organização do trabalho. O termo *assalariamento* não é mais do que a outra face do conceito de trabalho produtivo. Justamente porque – não esqueçamos – o trabalho é uma mercadoria livremente trocada e paga, a força de trabalho só é produtiva quando gera mais-valia¹⁵. A extensão do trabalho produtivo através de seu *assalariamento* monetário é complementar à extensão da jornada de trabalho. Esses dois aspectos da *subsunção formal* do trabalho ao capital são os pontos de partida do início do capitalismo e, ao mesmo tempo, o ponto de chegada da acumulação primitiva¹⁶.

Com a transição para a *subsunção real*, o processo de exploração e extração de mais-valia passa da extensificação para a intensificação do processo de trabalho. Essa transição ocorre através de uma sucessão de três modelos diferentes de organização¹⁷. A *cooperação simples* do início, típica da primeira fase da *subsunção formal* pré-capitalista, dá lugar ao

15 Cf. nota 1.

16 K. MARX. *The Capital*, Book I, Part VIII: Primitive Accumulation, Ch. XXXI, Ch. 31: Genesis of the Industrial Capitalist (ed. italiana, p. 738): <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1867-c1/ch31.htm>; S. MEZZADRA, *Attualità della preistoria: Per una rilettura del capitolo 24 del primo libro del Capitale*, “La cosiddetta accumulazione originaria”, <http://www.uninomade.org/per-una-rilettura-del-capitolo-24-del-capitale/>; e D. HARVEY, *The new imperialism*, Oxford: Oxford University Press, 2005.

17 Para maiores detalhes, D. FUSARO, *Bentornato Marx*, Milano: Bompiani, 2010, p. 233ss.

chamado *sistema de manufatura* do final do século XVIII, em que o trabalho ainda tem uma auto-organização formal e o trabalhador usa suas próprias ferramentas, ainda que em um *status* cada vez mais exclusivo e em áreas confinadas. Esse é o estágio descrito por Adam Smith¹⁸, quando a *cooperação simples* muda sua configuração e se transforma na *divisão do trabalho*, com o objetivo de decompor a atividade dos artesãos em operações diferentes e heterogêneas, cada uma das quais é permanentemente atribuída a trabalhadores individualmente.

O estágio do *sistema de manufatura* de meados do século XIX se torna, então, o terceiro modelo organizacional que Marx chama de *fábrica*, onde não há mais especialização e o trabalhador é forçado pela “máquina” a realizar operações monótonas durante todo o dia de trabalho. O trabalhador fica, assim, completamente servo da (*escravizado à*) máquina, reduzindo-se a um corpo que age sem pensar. É nessa transformação que ocorre a transição para a *subsunção real* do trabalho ao capital. A extração da mais-valia (agora, relativa) é, portanto, determinada pelo aumento da intensificação do ritmo ditado pela velocidade das máquinas. Essa intensificação (o que os economistas chamam de “produtividade do trabalho”) se destina a reduzir o tempo de trabalho socialmente necessário para a reprodução da mesma força de trabalho. O resultado é permitir um maior volume de produção, sobretrabalho e, depois, mais-valia.

É com a ascensão do *sistema de fábricas* que o tempo se torna a medida do trabalho e o tempo de trabalho socialmente necessário surge como um fator central. Assim, o cronômetro, como meio de quantificar o valor econômico do trabalho e prescrever os modos, torna-se, junto com a mecanização, a essência das mudanças econômicas e sociais do trabalho determinadas pela revolução industrial e pelas características fundamentais da subsunção real. “Dessa maneira, o trabalho se torna mais abstrato, não só na forma de valor de troca, mas também em seu conteúdo, destituído de qualquer qualidade intelectual e elemento criativo.”¹⁹ Em outras palavras, a *subsunção* do trabalho ao capital se torna real quando acontece dentro do processo de produção e não apenas a partir de fora. Ela é ditada pela tecnologia e pela externalização (no que diz respeito ao trabalhador coletivo) do conhecimento (agora corporificado nas máquinas), que se encontra na base da divisão de trabalho e permite a coordenação e cooperação produtiva. A obrigação ao trabalho assalariado não é

18 A. SMITH, *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, 1776: <http://www2.hn.psu.edu/faculty/jmanis/adam-smith/wealth-nations.pdf>.

19 C. VERCELLONE, 2007, p. 13-36. Cf. A. NEGRI, *Marx beyond Marx: Lessons on the Grun-driss*, Autonomia/Pluto Press, 1991, p. 59-85.

apenas monetária, mas também tecnológica, *endogenizada* pelo progresso técnico. Desse modo, o trabalho individual do operário, cada vez mais reduzido a mero apêndice do sistema das máquinas, “é sem utilidade em si mesmo se não for vendido ao capital”²⁰.

A transição da *subsunção formal* para a *real* altera a relação entre a força de trabalho e as máquinas, ou entre trabalho vivo e trabalho morto, isto é, entre capital constante e variável. Podemos descrever esse processo como uma transformação da relação entre conhecimento (aprendizado) e trabalho.

Na *subsunção formal*, o artesão se tornou empregado assalariado, ainda mantendo controle, mesmo que parcial, sobre sua capacidade de trabalho (*know-how*). O que é alienado é o valor de uso, mas não seu profissionalismo. O capital só tem condições de se valorizar *ex post*. Na *subsunção real* – que atinge seu máximo com o desenvolvimento da organização taylorista do trabalho – o conhecimento e a capacidade de trabalhar são totalmente expropriados pelo capital e corporificados no capital constante. Portanto, estamos assistindo à transição do conhecimento do trabalho vivo para o trabalho morto (maquinário). O capital agora tende a se autovalorizar. É por conta dessa transição que as principais dicotomias surgem, capazes de enrijecer o sistema taylorista de produção: entre trabalho manual e intelectual, e entre tempo de trabalho e tempo de lazer. A partir dessas, outras dicotomias se desdobram, como aquelas entre produção e reprodução/consumo ou entre trabalho produtivo e improdutivo (que, socialmente, assume as formas de uma divisão de gênero). Esta última divisão constitui a base do processo taylorista de acumulação, chegando a permear também a estrutura social de modo a regulá-la de maneira disciplinar e rígida. A divisão do trabalho permeia as hierarquias sociais e afeta a estrutura da educação. Com efeito, ela está baseada na separação entre trabalho manual e intelectual e entre trabalho produtivo e improdutivo.

Em resumo, a *subsunção real* permite que o capitalismo industrial abarque o conjunto da sociedade, através da generalização da relação salarial e do valor de troca, tendo efeitos profundos sobre os hábitos e o modo de vida dos empregados.

Com o desenvolvimento do paradigma fordista de produção e o estágio da *subsunção real*, a acumulação de capital baseada na produção material atinge seu apogeu. A divisão smithiana do trabalho, resultado da fragmentação das tarefas laborais, chega a seu máximo.

20 K. MARX, *Grundrisse*, Penguin Books, 1973, p. 404.

3. Rumo à subsunção da vida

Com a crise do paradigma fordista, que é a crise da *subsunção real* baseada na produção material, começa uma transição que se estende até os dias de hoje, em que vemos uma passagem da produção de dinheiro por meio de mercadorias: (D-M-D') para a produção de dinheiro por meio de conhecimento e atividades relacionais: [M(c): [D-M(c)-D']], tendo efeitos estruturais sobre o modo de produção e o processo de valorização (*capitalismo biocognitivo*).

Estamos entrando em uma nova fase da *subsunção* do trabalho ao capital, em que, ao mesmo tempo, a *subsunção formal* e a *subsunção real* tendem a se fundir e se alimentar uma da outra.

Atualmente ainda podemos falar de *subsunção formal* do trabalho ao capital quando a atividade laboral se refere à capacidade e a processos relacionais de aprendizado que o trabalhador detém individualmente com base em sua experiência de vida. Essas são aptidões que são parcialmente adquiridas em um período anterior a seu uso para a produção de valor de troca. A aprendizagem e o relacionamento surgem, inicialmente, como valores de uso e, assim como ferramentas e habilidades manuais dos artesãos do primeiro estágio pré-taylorista do capitalismo, são então “assalariados”, *oborto collo* [contra a vontade]²¹, e *formalmente subsumidos* na produção de valor de troca.

A educação massiva e o desenvolvimento de uma intelectualidade difusa fazem do sistema educacional um local central para a crise da relação salarial fordista. O papel-chave atribuído ao tema do desenvolvimento de um setor “socializado e livre” da educação nos conflitos referentes ao controle de “poderes intelectuais de produção” é, portanto, um elemento central da elaboração marxiana da noção do intelecto geral. O estabelecimento de uma intelectualidade difusa se configura como a condição histórica necessária, mesmo que, nos *Grundrisse*, essa referência esteja implícita e, em alguns casos, oculta por uma abordagem dialética da evolução da divisão do trabalho que privilegia a análise das mudanças estruturais em vez das instituições e dos sujeitos que poderiam ter originado essas transformações²².

21 “Na ausência de outros meios de acesso ao dinheiro e/ou à apropriação não comercializável dos meios de subsistência”, como escreve C. VERCELLONE (2007).

22 *Ibid.*, p. 27.

Diferentemente de Marx, o *intelecto geral* não está fixado no maquinário, não é apenas “crescimento do capital fixo”, mas atualmente depende cada vez mais do trabalho vivo, isto é, do capital variável²³.

Como bem afirmou Marazzi, o *capitalismo biocognitivo* tende a ser visto como um modelo antropogenético de produção e acumulação:

A metamorfose rumo ao modelo antropogenético capitalista ou, se assim se quiser, o “ponto de virada biopolítico” da economia, tem uma quantidade precisa refletida na evolução do emprego da força de trabalho. Ao longo da última década, o declínio secular do setor manufatureiro em comparação com o setor de serviços se acelera. Isso não é apenas uma diminuição no número de empregos na atividade industrial frente a um aumento da população (um fenômeno que vem ocorrendo desde o início dos anos 1990), mas é um declínio em termos absolutos, desde 1996, que, nos Estados Unidos na Inglaterra e no Japão, é equivalente à redução de um quinto dos empregos e, na Europa, a uma perda média líquida de 5%. [...] As dificuldades com que nos deparamos ao analisar essas tendências no mercado de trabalho confirmam indiretamente que o modelo emergente é um paradigma antropogenético, um modelo em que os fatores de crescimento podem ser diretamente atribuídos à atividade humana, às aptidões comunicacionais, relacionais, criativas e inovadoras do ser humano²⁴.

O processo de valorização opera explorando as capacidades de aprendizagem, relacionamento e (re)produção social dos seres humanos. Ele é, com efeito, uma espécie de acumulação primitiva, capaz de transformar em trabalho e em valor as atividades que, no paradigma fordista-taylorista, eram consideradas improdutivas. Por conseguinte, a *subsunção formal* no biocapitalismo tem o efeito de ampliar a base da acumulação, incluindo atividades de formação, cuidado, criação ou educação, consumo, sociais, culturais, artísticas e de lazer. A ideia de ato produtivo humano muda, e a distinção entre trabalho diretamente produtivo (*labor*, em latim), trabalho artístico e cultural (*opus*) e atividades de lazer (*otium* e

23 Quanto a esse ponto, há interpretações diferentes do pensamento de Marx. Por um lado, Paolo Virno identifica o intelecto geral com o capital fixo *in toto* (cf. P. VIRNO, *Quelques notes à propos du general intellect, Futur Antérieur*, v. 10, p. 45-53, 1992); por outro, Carlo Vercellone sublinha que o mesmo intelecto geral se apresenta como trabalho vivo e, portanto, não pode ser considerado unicamente como capital fixo. Essa discussão ainda está em aberto.

24 C. MARAZZI, *Capitalismo digital e modello antropogenetico del lavoro: L'ammortamento del corpo macchina*. In: J. L. LAVILLE, C. MARAZZI, M. LA ROSA, F. CHICCHI (org.), *Reinventare il lavoro*, Roma: Sapere, 2000, p. 112.

jogo/brincadeira) se desvanece e tende a convergir em trabalho, uma atividade direta e indiretamente produtiva (produtora de mais-valia)²⁵.

Ao mesmo tempo, no capitalismo biocognitivo a *subsunção real* é modificada em relação ao taylorismo, mas cremos que ela ainda está atuante.

Carlo Vercellone tem razão ao escrever que, “no momento em que o conhecimento e sua difusão são reafirmados como a principal força produtiva, a relação de dominação do trabalho morto sobre o trabalho vivo entra em crise”²⁶ e que (citando Marx) “o trabalho não parece mais tanto estar incluído no processo de produção, mas o ser humano passa a se relacionar mais como guardião e regulador com o próprio processo de produção”²⁷. Mas, em nossa opinião, a mudança na relação entre trabalho morto e trabalho vivo leva a uma redefinição dos dois conceitos, bem como dos conceitos de trabalho abstrato e concreto.

Como já se sugeriu, a *subsunção formal*, implícita no capitalismo biocognitivo, tem a ver com a redefinição da relação entre trabalho produtivo e improdutivo, tornando produtivo o que era improdutivo no paradigma fordista.

Ora, a *subsunção real* tem a ver com a proporção trabalho morto/trabalho vivo, em consequência da transição de tecnologias repetitivas, mecânicas para tecnologias linguísticas, relacionais. As tecnologias estáticas, que subjazem ao crescimento da produtividade e intensidade no desempenho do trabalho (tamanho das economias de escala), passam para tecnologias dinâmicas capazes de explorar economias de aprendizado e em rede, combinando simultaneamente tarefas manuais e atividades cerebrais-relacionais. O resultado disso foi o aumento de formas novas e mais flexíveis de trabalho, em que os estágios de projeto e manufatura (CAM-CAD-CAE) não são mais perfeitamente separáveis, mas cada vez mais interdependentes e complementares. Até mesmo a separação entre manufatura e produção de serviços se torna mais difícil de compreender. Elas se tornam inseparáveis dentro da cadeia de produção. No que diz respeito à produção material, a introdução de novos sistemas computadorizados de produção, como CAD-CAM e CAE, por exemplo, exige aptidões e conhecimentos profissionais que tornam cada vez mais inseparável a relação entre homem e máquina, chegando ao ponto de que agora é o *trabalho vivo* que domina o *trabalho morto* da máquina, mas dentro de novas formas de organização do trabalho e de governança so-

25 Mais detalhes em A. FUMAGALLI, *Lavoro male comune*, Milano: Mondadori, Milano, 2013, cap. 1.

26 C. VERCELLONE, 2007, p. 26.

27 K. MARX, 1973, p. 704.

cial²⁸. No lado da produção dos serviços (financeirização, P&D, comunicação, marca, *marketing*), estamos testemunhando uma predominância da valorização *downstream* da produção material.

Deve-se observar, entretanto, que a redução do emprego industrial não corresponde a uma diminuição efetiva da participação da manufatura no PIB total, que, nos Estados Unidos e em todos os países desenvolvidos, permanece mais ou menos o mesmo desde 1980.

No capitalismo biocognitivo, a *subsunção real* e a *subsunção formal* são dois lados da mesma moeda e se alimentam uma da outra. Juntas, elas criam uma nova forma de *subsunção*, que podemos definir como *subsunção da vida*. Preferimos essa expressão à *subsunção do intelecto geral*, proposta por Carlo Vercellone²⁹, pois não nos referimos apenas à esfera do conhecimento e da educação, mas até mesmo à esfera das relações humanas, em termos amplos. Essa nova forma da acumulação capitalista moderna destaca alguns aspectos que estão na raiz da crise do capitalismo industrial. Isso leva à análise de novas fontes de valorização (e retornos crescentes) no capitalismo biocognitivo. Eles se derivam da crise do modelo de divisão social e técnica do trabalho (gerada pela primeira revolução industrial e levada ao extremo pelo taylorismo) e são movidos pelo “papel e difusão do conhecimento que obedece a uma racionalidade social cooperativa que escapa à concepção restritiva do capital humano”³⁰. Segue-se que o tempo de trabalho certificado e direto não pode ser considerado o único tempo produtivo, o que faz surgir um problema da unidade de medida do valor. A teoria tradicional do valor do trabalho precisa ser revisada para se buscar uma nova teoria do valor, em que o conceito de trabalho seja crescentemente caracterizado pelo “conhecimento” e seja permeado pela vida humana e pelo tempo de vida. Podemos chamar esse passo de transição para uma *teoria do valor da vida*³¹, onde o capital fixo é o ser humano “em cujo cérebro reside o conhecimento acumulado pela empresa”³².

Quando a vida se torna força de trabalho, o tempo de trabalho não é medido em unidades-padrão de medição (horas, dias). O dia de trabalho

28 Cf. o próximo parágrafo.

29 C. VERCELLONE, 2007, p. 26.

30 *Ibid.*, p. 31.

31 A. FUMAGALLI, C. MORINI, Life put to work: towards a theory of life-value, *Ephemera*, v. 10, p. 234-252, 2011. Carlo Vercellone introduz o conceito de teoria do conhecimento-valor, quando discute “a passagem concomitante de uma teoria do tempo-valor do trabalho para uma teoria do conhecimento-valor onde o principal capital fixo é o ser humano ‘em cujo cérebro existe o conhecimento acumulado da sociedade’ (K. Marx, *Grundrisse*, Penguin Books, 1973, p. 711)” (C. VERCELLONE, 2007, p. 31).

32 K. MARX, 1973, p. 725.

não tem limites, exceto os naturais. Estamos na presença da *subsunção formal* e da extração de mais-valia absoluta. Quando a vida se torna força de trabalho porque o cérebro se torna máquina, ou “capital fixo e capital variável ao mesmo tempo”, a intensificação do desempenho do trabalho atinge seu máximo: estamos, assim, também na presença da *subsunção real* e da extração de mais-valia relativa.

Essa combinação das duas formas de *subsunção* – precisamente a *subsunção da vida* – necessita de um novo sistema de regulação social e política de governança.

4. A governança da subsunção da vida

O processo de assalariamento representou historicamente o modo primordial que permitia o comando do capital sobre o trabalho na presença da *subsunção formal*. A composição e divisão técnica do trabalho, baseada em uma separação rigorosa entre o ser humano e a máquina e na disciplina hierárquica do desempenho do trabalho, caracterizou a fase da *subsunção real*.

Se o processo de assalariamento (tanto direto quanto indireto³³) ainda é a forma que, em parte, promove a *subsunção formal* (isto é: o assalariamento do trabalho de cuidado, [re]produção, aprendizado, embora não opere para outras atividades produtivas, como o consumo³⁴ e as relações sociais, bem como o lazer e atividades culturais), no capitalismo biocognitivo a divisão técnica do trabalho e a separação entre o ser humano e a máquina não são mais os fatores principais que movem a *subsunção real*. O crescimento da produtividade depende cada vez mais da exploração de economias dinâmicas de aprendizado e articulação em rede, isto é, nos crescentes retornos de escala que são alimentados com a passagem de um tempo que não é mais mensurável fora do desempenho certificado do trabalho. Não se trata mais do tempo da produção fabril, em que a produtividade do trabalho era medida pelo cronômetro aplicado aos

33 Por assalariamento indireto entendemos a remuneração de uma relação de emprego que não se caracteriza por elementos prescritivos e subordinados das tarefas com base em acordos contratuais, mas a remuneração por atividades de trabalho formalmente autônomas e independentes, mas de fato sujeitas a uma heterodireção. Referimo-nos, por exemplo, aos vários acordos de cooperação, que são cada vez mais disseminados atualmente, e a formas de trabalho cognitivo (trabalhadores com IVA, consultores e trabalhadores autônomos com um único compromisso).

34 Quanto ao papel de valorização desempenhado pelo consumo, foi cunhada a palavra “produmidor”. Esse termo se deriva da junção de “produtor” e “consumidor” e foi criado em 1980 por Alvin Toffler. Em seu livro *A terceira onda*, Toffler previu que o papel do produtor e o do consumidor começariam a se fundir. V. CODELUPPI, 2008; R. CURCIO, *Il consumatore lavorato*, Dogliani (CN): Sensibili alle Foglie, 2005.

tempos e ritmos das máquinas. As atividades de aprendizagem e articulação em rede (o nascimento e a difusão do conhecimento) estão intrinsecamente ligadas à subjetividade, *expertise* e individualidade do trabalhador. A cronometragem da aprendizagem e articulação em rede – o tempo do intelecto geral – se torna objetivamente inverificável e, portanto, não diretamente monitorável.

Por isso, é necessário redefinir novos instrumentos de controle, capazes de superar a disciplina e estabelecer formas de controle social. Deleuze já identificou esse passo, partindo da análise de Foucault:

Foucault situou as sociedades disciplinares nos séculos XVIII e XIX; elas atingem seu apogeu no início do século XX. Elas procedem à organização dos grandes meios de confinamento. O indivíduo não cessa de passar de um espaço fechado a outro, cada um com suas leis: primeiro a família, depois a escola (“você não está mais na sua família”), depois a caserna (“você não está mais na escola”), depois a fábrica, de vez em quando o hospital, eventualmente a prisão, que é o meio de confinamento por excelência³⁵.

Deleuze acrescentou, então, fazendo referência à crise da década de 1970:

Encontramo-nos numa crise generalizada de todos os meios de confinamento, prisão, hospital, fábrica, escola, família. A família é um “interior”, em crise como qualquer outro interior, escolar, profissional, etc. Os ministros competentes não param de anunciar reformas supostamente necessárias. Reformar a escola, reformar a indústria, o hospital, o exército, a prisão; mas todos sabem que essas instituições estão condenadas, num prazo mais ou menos longo. Trata-se apenas de gerir sua agonia e ocupar as pessoas, até a instalação das novas forças que se anunciam. São as sociedades de controle que estão substituindo as sociedades disciplinares. “Controle” é o nome que Burroughs propõe para designar o novo monstro, e que Foucault reconhece como nosso futuro próximo³⁶.

Deleuze salienta que, na sociedade de controle, o indivíduo não é definido como uma “assinatura” e um “número”, mas por uma “cifra”: a cifra é uma espécie de senha (código de acesso), ao passo que as sociedades disciplinares são reguladas por palavras de ordem tanto do ponto de vista da integração quanto da resistência. A linguagem digital do con-

35 G. DELEUZE, *L'autre journal*, n. 1, maio 1990, agora em G. DELEUZE, *Pourparlers (1972-1990)*, Paris, Minuit, 1990, p. 240-247: <http://www.ecn.org/filiarmonici/Deleuze.html> [Versão em português: Gilles DELEUZE, Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: *Conversações: 1972-1990*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, p. 219-226. Tradução de Peter Pál Pelbart].

36 Ibid.

trole é feita de dígitos (cifras) que marcam o acesso à informação ou a rejeição. “Não se está mais diante do par massa-indivíduo. Os indivíduos tornaram-se ‘individuais’, divisíveis, e as massas tornaram-se amostras, dados, mercados ou ‘bancos’.”³⁷

A sociedade de controle é a governança da subsunção da vida. Três elementos o confirmam.

1) O primeiro já foi sublinhado pelo próprio Deleuze ao escrever:

É o *dinheiro* que talvez melhor exprima a distinção entre as duas sociedades, visto que a disciplina sempre se referiu a moedas cunhadas em ouro – que servia de medida padrão –, ao passo que o controle remete a trocas flutuantes. [...] A velha toupeira monetária é o animal dos meios de confinamento, mas a serpente o é das sociedades de controle³⁸.

Nessa passagem, Deleuze se refere à construção de um sistema monetário supranacional (o Sistema Monetário Europeu [SME] do final dos anos 80), antecipando o papel e a tarefa dos mercados financeiros ao longo dos 20 anos seguintes: isto é, a violência dos mercados financeiros³⁹ como instrumento ao mesmo tempo de “chantagem e consenso” para acessar recursos monetários e lidar com a dívida pública e privada. O controle dos fluxos financeiros atualmente significa controle da emissão de liquidez, formalmente executado pelos bancos centrais, mas cada vez mais dependente da lógica do poder e das convenções da oligarquia financeira.

O outro lado desse controle é a governança do comportamento individual através da “dívida”: hoje em dia, *dívida* não é mais apenas um termo econômico e contábil, mas uma ferramenta disciplinar indireta (e, por isso, de controle social), capaz de regular a psicologia individual e até de desenvolver um sentimento de culpa e autocontrole⁴⁰.

2) O segundo processo de controle social é representado pela evolução dos tipos de contrato de trabalho na direção de uma *condição de precariedade*⁴¹ estrutural, existencial e generalizada. A condição precária

37 Ibid.

38 Ibid.

39 C. MARAZZI, *The Violence of Financial Capitalism*, in: A. FUMAGALLI, S. MEZZADRA, *Crisis in the Global Economy*, Semiotexte/MIT Press, 2010, p. 17-60.

40 M. LAZZARATO, *The Making of the Indebted Man: Essay on the Neoliberal Condition*, Semiotexte/MIT Press, 2013. Observe, por favor, que em alemão o termo “dívida” (*Schuld*) tem o mesmo sentido de “culpa”.

41 Quanto à condição precária, cf. A. FUMAGALLI, *La condizione precaria come paradigma biopolitico*, in: F. CHICCHI, E. LEONARDI (org.), *Lavoro in frantumi: Condizione precaria, nuovi conflitti e regime neoliberista*, Verona: Ombre Corte, 2011, p. 63-79; G. STANDING, *The Precariat: A Dangerous Class*, London: Bloomsbury, 2012.

atualmente é sinônimo de incerteza, instabilidade, nomadismo, chantage e subordinação psicológica a fim de sobreviver. Ela é uma condição de dependência que não se manifesta no próprio momento em que define formalmente um contrato de trabalho, mas está *upstream* e *downstream*. É uma condição existencial que induz formas totais de autocontrole e autorrepressão com resultados até mais fortes do que aqueles da disciplina direta da fábrica. A condição precária define uma antropologia e psicologia comportamental que é tão forte quanto o trabalho se torna mais cognitivo e relacional.

A dívida, por um lado, e a precariedade, do outro, são os dois principais pilares que permitem que a atual *subsunção da vida* do capitalismo biocognitivo opere⁴².

Esses dois elementos principais favorecem uma individualização do comportamento econômico e social, rumo ao que Dardot e Laval chamam de “homem empreendedor”, uma espécie de antropologia neoliberal que define um novo regime subjetivo, que precisa ser enfrentado⁴³.

Para induzir comportamentos subjetivos alinhados com o processo de exploração da vida que subjaz à *subsunção da vida*, é necessário, entretanto, introduzir outro dispositivo de controle, visando à governança da subjetividade dos indivíduos.

3) Essa é a terceira tendência de controle social, que se move em uma pista dupla: o controle dos processos de formação do conhecimento (sistema educacional) e a criação de um imaginário individualista *ad hoc*. Quando o conhecimento, o *intelecto geral*, torna-se estratégico, a base do processo de acumulação capitalista e biovalorização, é necessário não só controlá-lo, mas também dirigi-lo. Esse processo pode ocorrer em duas direções mutuamente complementares, visando à administração das “coisas” (a primeira) e ao governo das pessoas (a segunda). Em primeiro lugar, estamos presenciando o desenvolvimento de uma tecnologia de governança (*techne*) como uma ferramenta que minimiza constantemente (até eliminar) qualquer elemento de análise crítica e filosofia social. A especialização técnica cria “ignorância” no sentido etimológico do termo, isto é, “não conhecimento”. Em segundo lugar, acrescentamos o dispositivo do mérito e da recompensa individual e seletiva, uma espécie de mantra estabelecido claramente nos processos de reforma das instituições educacionais (do jardim de infância à universidade). O objetivo é transformar a individualidade diferente (tornada trabalho e valor) em subjetividade individualista, perpetuamente em competição, que depois se autodesvanece.

42 A. FUMAGALLI, 2013

43 Cf. P. DARDOT, C. LAVAL, *La nouvelle raison du monde: essai sur la société néolibérale*, Paris: La Découverte, 2009, caps. 8 e 12.

Paralelamente, a *transformação da vida em marca*, em termos da modificação total da vida, leva a assegurar que o indivíduo se transforme em singularidade única, com desejos e necessidades que visam mais “parecer” do que “ser”. O imaginário formal da aparência se torna um instrumento de identificação conformista, que é muitas vezes heterodirigida e controlada. O crescimento vigoroso das redes sociais, com toda a sua ambivalência e riqueza em potencial, testemunha e certifica esse processo.

Assim, a *subsunção da vida* explora a individualidade subjetiva, transforma em valor as diferenças e a diversidade (gênero, raça, educação, caráter, experiência, etc.), recombina-as, na gaiola externa⁴⁴ da dívida e da precariedade, em um processo contínuo e dinâmico de cooperação social induzida.

Com efeito, a governança da *subsunção da vida* se baseia em um uso calibrado de dois dispositivos principais: a *subjugação social* e *escravização*. A *subjugação social* é precisamente a produção da subjetividade apropriada pelo capital, no próprio momento em que o sujeito trabalhador está livremente envolvido no processo de valorização, já que nele ele vê ou, melhor, tem a ilusão de ver sua própria realização. “A *sujeição social*, como resultado de sujeitos individuais, dá-nos uma identidade, um gênero, uma profissão, uma nacionalidade. Ela constitui uma armadilha semiótica significativa e representativa da qual ninguém escapa.”⁴⁵ No capitalismo biocognitivo, as técnicas de *sujeição* mobilizam formas de representação (a arte, por exemplo) e práticas discursivas, estéticas e visuais. Elas encontram realização no conceito de capital humano, capazes de assumir sua própria responsabilidade individual e, no caso de fracasso, de se sentir “culpados” e “em dívida”. A figura que melhor representa esse processo de *subjugação* é, ao mesmo tempo, o trabalhador autônomo e o consumidor.

A *escravização*, por sua vez, é primordialmente maquínica e psicológica. Os dois atributos são totalmente interdependentes, quando a máquina está dentro do cérebro individual e afeta a psique. Por um lado, ela “se refere a tecnologias que não são representativas, mas operacionais, diagramáticas, que operam usando subjetividade parcial, modular, subindividual”⁴⁶. Por outro lado, leva “o ser humano, da mesma maneira que a estrutura mecânica, a trabalhar como componente humano e parte da mesma máquina”⁴⁷. Diferentemente da *sujeição social*, na *escravização*

44 Externa porque é independente de emprego e *status* social: todo o mundo tem direito a seus 10 minutos de fama!

45 M. LAZZARATO, 2013, p. 148.

46 Ibid.

47 Ibid.

nossa percepção, nossa psicologia, nossa consciência (falsa) não são necessárias. Não há relação entre sujeito e objeto, e sim um procedimento mecânico, que resulta de uma comunicação recíproca, íntima entre o ser humano e a máquina.

A *subjugação social* e a *escravização* são indispensáveis uma para a outra e se alimentam reciprocamente. Nas firmas do capitalismo biocognitivo (como as grandes firmas industriali ou de distribuição (como Facebook, Twitter, etc. ou de serviços de internet – Google – ou as que gerem levantamentos de dados, bancos de dados) para finalidades de marketing ou mineração de dados), os indivíduos não são considerados indivíduos apenas, mas também fonte de produção, troca, distribuição e processamento de informações.

O controle das informações e da difusão do conhecimento, a costruzione de imaginários simbólicos *ad hoc*, bem como a precarietà da vida e do trabalho, são pratiche tanto de *subjugação social* quanto de *escravização*, capazes de nos fazer entender o processo de *subsunção da vida* no biocapitalismo cognitivo e de restabelecer o concetto de *biopoder* de Foucault.

O desafio, agora, é medi-lo, se possível.

Bibliografia

- AA. VV. *Oltre il fordismo. Continuità e trasformazioni nel capitalismo contemporaneo*. Milano: Unicopli, 1999.
- AMIN, A. *Post-Fordism: A Reader*. Oxford: Blackwell.CrossRef, 1994.
- AZAIS, C.; CORSANI, A; DIEUAIDE, P (Orgs.). *Vers un capitalisme cognitive*. Paris: l'Harmattan, 2001.
- BAZZICALUPPO, L. *Il governo delle vite. Biopolitica ed economia*, Rome and Bari: Laterza, 2006.
- BECATTINI, G. *Distretti industriali e sviluppo locale*: Turin: Bollati Boringhieri, 2000.
- BERTIN, G. *Multinationales et propriété industrielle. Le Controle de la technologie mondiale*. Paris: PUF, 1985.
- BOYER, R; DURAND, J.-P. *L'Après-fordisme*. Paris: Syros, 1998.
- BOLOGNA, S; FUMAGALLI, A (Orgs.). *Il lavoro autonomo di seconda generazione. Scenari del postfordismo in Italia*. Milan: Feltrinelli, 1997.
- BONAZZI, G. *Il tubo di cristallo. Modello giapponese e fabbrica integrata alla Fiat*. Bologna: Il Mulino, 1993.
- BRUSCO, S. *Piccole imprese e distretti industriali*. Turin: Rosenberg, 1989.
- CODELUPPI, V. *Il biocapitalismo. Verso lo sfruttamento integrale di corpi, cervelli ed emozioni*. Turin: Bollati Boringhieri, 2008.
- CHICCHI, F. Bioeconomia: Ambienti e forme della mercificazione del vivente. In: AMENDOLA, A; BAZZICALUPPO, L; CHICCHI, F; TUCCI, A (Orgs.). *Biopolitica, bioeconomia e processi di soggettivazione*. Macerata: Quodlibet, 2008, pp. 143-158.

- CORIAT, B. *Penser à l'invers*. Paris: Bourgois, 1991.
- CORSANI, A; DIEUAIDE, P; LAZZARATO, M; MONNIER, J.M; MOULIER-BOU-TANG, Y; PAULRÉ, B; VERCELLONE, C. *Le Capitalisme cognitif comme sortie de la crise du capitalisme industriel*. Un programme de recherche, 2004.
- DARDOT, P; LAVAL, C. *La nouvelle raison du monde: Essai sur la société néolibérale*. Paris: La Découverte, 2009.
- DELEUZE, G. "L'autre journal", n. 1, maggio 1990, now. In, *Minuit*, G. Deleuze, *Pourparlers (1972-1990)*, 240-247, 1990. Paris: <http://www.ecn.org/filiar-monicil/Deleuze.html>.
- FISHER, E. *Media and New Capitalism in the Digital Age: The Spirit of Networks*. London: Palgrave Macmillan, 2013.
- FUMAGALLI, A. Lavoro e piccolo impresa nell'accumulazione flessibile in Italia. Parte I, *Altreragioni* n.5, Milano, 21–37 Fumagalli, A., 1996., "Lavoro e piccolo impresa nell'accumulazione flessibile in Italia. Parte II, *Altreragioni*, n. 6, 1997, 141-164, 1996.
- FUMAGALLI, A. Conoscenza e bioeconomia. *Filosofia e Questioni Pubbliche* 9 (1): 141-61, 2004.
- FUMAGALLI, A. Bioeconomics, labour flexibility and cognitive work: Why not basic income? In *Promoting Income Security as a Right: Europe and North America*, edited by G. Standing, 33-337. London: Anthem, 2005.
- FUMAGALLI, A. *Bioeconomia e capitalismo cognitivo. Verso un nuovo paradigma di accumulazione*. Rome: Carocci, 2007.
- FUMAGALLI, A. Twenty thesis on contemporary capitalism (Cognitive Biocapitalism). *Angelaky* 16: 7-17, 2001.
- FUMAGALLI, A. La condizione precaria come paradigma biopolitico. In, *Lavoro in frantumi. Condizione precaria, nuovi conflitti e regime neoliberalista*, ed. F. Chicchi and E. Leonardi, 63-79. Ombre Corte: Verona, 2011.
- FUMAGALLI, A. *Lavoro male comune*, Milan: B. Mondadori, 2013.
- FUMAGALLI, A. *La vie mise au travail: Nouvelles forms du capitalisme cognitive*. Paris: Eterotopia France, 2015.
- FUMAGALLI, A; VERCELLONE, C (Orgs.) Le Capitalisme cognitif. Apports et perspectives. *European Journal of Economic and Social Systems* 20 (1), 2007.
- FUMAGALLI, A; MORINI C. Life put to work: Towards a theory of life-value, *Ephemera* 10:234-252, 2011.
- FUCHS, C. *Digital Labour and Karl Marx*. New York: Routledge, 2014.
- FUSARO, D. *Bentornato Marx*. Milano: Bompiani, 2010.
- HARVEY, D. *The New Imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- JESSOP, B. *The Regulation Approach: Governance and Post-Fordism, Economy and Society*. Oxford: Blackwell, 1995.
- LAZZARATO, M; MOULIER-BOUTANG, Y; NEGRI, A; SANTILLI, G. *Des entreprises pas comme les autres*. Paris: Publisud, 1993.
- LAZZARATO, M. *The Making of the Indebted Man. Essay on the Neoliberal Condition*, Semiotexte/Mit Press, 2012.
- LEBERT, D; VERCELLONE, C. Il ruolo della conoscenza nella dinamica di lungo periodo del capitalismo: L'ipotesi del capitalismo cognitive. In *Capitalismo Cognitivo*, edited by C. Vercellone, Rome: Manifestolibri, 2006.

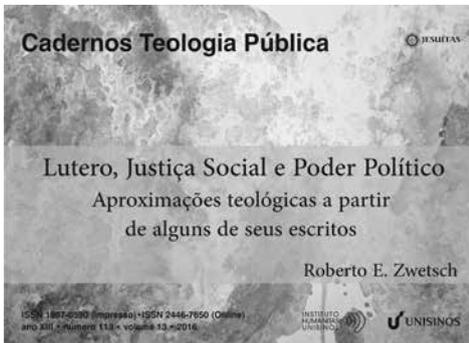
- LIPIETZ, A. The Post-Fordist World: Labor Relations, International Hierarchy and Global Ecology. *Review of International Political Economy* 4 (1) 1-41, 1997.
- MARAZZI, C. Capitalismo digitale e modello antropogenetico del lavoro. L'ammortamento del corpo macchina. In *Reinventare il lavoro*, J.L. Laville, 2005.
- MARAZZI, A.; LA ROSA, M.; CHICCHI, F (a cura di). Sapere 2000: Roma.
- MARAZZI, C. The violence of financial capitalism. In *Crisis in the Global Economy*, A. Fumagalli, S. Mezzadra, 17-60. Semiotexte/Mit Press, 2010.
- MARX, K. *Capital*, Book I: <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1864/economic/>
- MARX, K. 1973. *Grundrisse*. London: Penguin Books, 1973.
- MEZZADRA, S. "Attualità della preistoria. Per una rilettura del capitolo 24 del primo libro del Capitale, 'La cosiddetta accumulazione originaria' " <http://www.uninoma-de.org/per-una-rilettura-del-capitolo-24-del-capitale>.
- MORINI, C. The Feminization of Labour in Cognitive Capitalism. *Feminist Review* 87: 40-59, 2007.
- MORINI, C. *Per amore o per forza. Femminilizzazione del lavoro e biopolitiche del corpo*. Verona: Ombre Corte, 2010.
- MOULIER-BOUTANG, Y. *L'eta' del capitalismo cognitive*. Verona: Ombre Corte, 2002.
- MOULIER-BOUTANG, Y. *Le Capitalisme cognitif. Comprendre la nouvelle grande transformation et ses enjeux*. Paris: Editions Amsterdam, 2007.
- NEGRI, A. *Marx beyond Marx. Lessons on the Grundrisse* (translated by H. Cleaver, M. Ryan and M. Viano), Autonomedia/Pluto Press, 1991.
- OHNO, T. *Toyota Production System: Beyond Large-Scale Production*. NY: Productivity, 1995.
- ORLÉAN, A. *Del'euphorie à la panique. Penser la crise financière*. Paris: Rue d'Ulm, 2009.
- PALLOIX, C. *L'economia mondiale e le multinazionali*, 2 vols., Milan: Jaca, 1979 and 1982.
- PAULRÈ, B. De la New Economy au capitalisme cognitive. *Multitudes*, 2:25-42, 2000.
- PRIORE, M; SABEL, C. *The Second Industrial Divide: Possibilities for Prosperity*. New York: Basic, 1984.
- REVELLI, M. Economia e modello sociale nel passaggio tra fordismo e toy-otismo. In *Appuntamenti di fine secolo*, edited by P. Ingrao and R. Rossanda, 161-224. Rome: Manifestolibri, 1995.
- RULLANI, E; ROMANO, L. *Il Postfordismo. Idee per il capitalismo prossimo venturo*. Milan: Etas Libri, 1998.
- SMITH, A. *An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*, 1776: <http://www2.hn.psu.edu/faculty/jmanis/adam-smith/wealth-nations.pdf>
- STANDING, G. *The Precariat. A Dangerous Class*, London: Bloomsbury, 2012.
- VERCELLONE, C (Org.). *Sommes-nous sortis du capitalisme industriel?* Paris: La Dispute, 2003.
- VERCELLONE, C (Org.). *Capitalismo Cognitivo*. Rome: Manifestolibri, 2006.
- VERCELLONE, C. From formal subsumption to general intellect: Elements for a Marxist reading of the thesis of cognitive capitalism. In *Historical Materialism*, 15, 2007.

Publicações do Instituto Humanitas Unisinos



Nº 48 – *Mineração e o impulso à desigualdade: impactos ambientais e sociais*

Cadernos IHU em formação é uma publicação do Instituto Humanitas Unisinos – IHU que reúne entrevistas e artigos sobre o mesmo tema, já divulgados na revista *IHU On-Line* e nos Cadernos IHU ideias. Desse modo, queremos facilitar a discussão na academia e fora dela, sobre temas considerados de fronteira, relacionados com a ética, o trabalho, a teologia pública, a filosofia, a política, a economia, a literatura, os movimentos sociais etc., que caracterizam o Instituto Humanitas Unisinos – IHU.



Nº 113 – *Lutero, Justiça Social e Poder Político: Aproximações teológicas a partir de alguns de seus escritos* – Roberto E. Zwetsch

A publicação dos Cadernos Teologia Pública, sob a responsabilidade do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, quer ser uma contribuição para a relevância pública da teologia na universidade e na sociedade. A Teologia Pública busca articular a reflexão teológica em diálogo com as ciências, as culturas e as religiões, de modo interdisciplinar e transdisciplinar. Procura-se, assim, a participação ativa nos debates que se desdobram na esfera pública da sociedade. Os desafios da vida social, política, econômica e cultural da sociedade hoje, especialmente a exclusão socioeconômica de imensas camadas da população, constituem o horizonte da teologia pública. Os Cadernos Teologia Pública se inscrevem nesta perspectiva.



Nº 53 – *Por Onde Navegam?* – Estudo sobre jovens e adolescentes do Ensino Médio de São Leopoldo e Novo Hamburgo – Hilário Dick, José Silon Ferreira & Luis Alexandre Cerveira

Os Cadernos IHU divulgam pesquisas produzidas por professores/pesquisadores e por alunos dos cursos de Pós-Graduação, bem como trabalhos de conclusão de acadêmicos dos cursos de Graduação. Os artigos publicados abordam os temas ética, trabalho e teologia pública, que correspondem aos eixos do Instituto Humanitas Unisinos – IHU.



Nº 245 – *Esquecer o neoliberalismo: aceleracionismo como terceiro espírito do capitalismo* – Moysés Pinto Neto

Os Cadernos IHU ideias apresentam artigos produzidos pelos convidados-palestrantes dos eventos promovidos pelo IHU. A diversidade dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é um dado a ser destacado nesta publicação, além de seu caráter científico e de agradável leitura.

CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Edla Eggert
- N. 03 *O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo* – Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 04 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Sonia Montañó
- N. 05 *Ernani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 06 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Manfred Zeuch
- N. 07 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Renato Janine Ribeiro
- N. 08 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Suzana Klipp
- N. 09 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Márcia Lopes Duarte
- N. 10 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Valério Cruz Brittos
- N. 11 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Édison Luis Gastaldo
- N. 12 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Márcia Tiburi
- N. 13 *A domesticação do exótico* – Paula Caleffi
- N. 14 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Edla Eggert
- N. 15 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Gunter Axt
- N. 16 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Stela Nazareth Meneghel
- N. 17 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Débora Krischke Leitão
- N. 18 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Mário Maestri
- N. 19 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Maria da Conceição de Almeida
- N. 20 *Os donos do Poder, de Raymond Faoro* – Helga Irace-ma Ladgraf Piccolo
- N. 21 *Sobre técnica e humanismo* – Oswaldo Giacóia Junior
- N. 22 *Construindo novos caminhos para a intervenção sociotária* – Lucilda Selli
- N. 23 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Paulo Henrique Dionísio
- N. 24 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Valério Rohden
- N. 25 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Miriam Rossini
- N. 26 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Nisia Martins do Rosário
- N. 27 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 28 *O modo de objetivação jornalística* – Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 29 *A cidade afetada pela cultura digital* – Paulo Edison Belo Reyes
- N. 30 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde – Porto Alegre, RS* – José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 31 *Getúlio, romance ou biografia?* – Juremir Machado da Silva
- N. 32 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – André Gorz
- N. 33 *A meia luz: a emergência de uma Teologia Gay – Seus dilemas e possibilidades* – André Sidnei Muskopf
- N. 34 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 35 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Marco Aurélio Santana
- N. 36 *Adam Smith: filósofo e economista* – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 37 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Airton Luiz Jungblut
- N. 38 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Fernando Ferrari Filho
- N. 39 *Rosa Egipcíaca: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Luiz Mott
- N. 40 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Gentil Corazza
- N. 41 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – Adriana Braga
- N. 42 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Leda Maria Paulani
- N. 43 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”* – Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 44 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Édison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leister, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 45 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Gérard Donnadieu
- N. 46 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Lothar Schäfer
- N. 47 *“Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Ceres Karam Brum
- N. 48 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Achyles Barcelos da Costa
- N. 49 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Gérard Donnadieu
- N. 50 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 51 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Evilázio Teixeira
- N. 52 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Éida Azevedo Hennington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 53 *Ética e emoções morais* – Thomas Kesseling
- N. 54 *Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral?* – Adriano Naves de Brito
- N. 55 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Fernando Haas
- N. 56 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – An Vranckx
- N. 57 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Gilberto Dupas
- N. 58 *O crescimento como condição de uma sociedade convívil* – Serge Latouche
- N. 59 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Günter Küppers
- N. 60 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Hazel Henderson
- N. 61 *Globalização – mas como?* – Karen Gloy
- N. 62 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – Cesar Sanson
- N. 63 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo* – Regina Zilberman

- N. 62 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andressa da Silva
- N. 64 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Artur Cesar Isaiá
- N. 65 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Léa Freitas Perez
- N. 66 *Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – João Guilherme Barone
- N. 68 *Contingência nas ciências físicas* – Fernando Haas
- N. 69 *A cosmologia de Newton* – Ney Lemke
- N. 70 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Fernando Haas
- N. 71 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Miriam de Souza Rossini
- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Eduardo F. Coutinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Ana Maria Lugão Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Octavio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missionária colonial e seu território* – Arno Alvarez Kern
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de "sindicalismo populista" em questão* – Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Bioética* – Alfredo Culleton e Vicente de Paulo Barretto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Attico Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Patrícia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Mario Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnologia* – Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Marínés Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – Susana Maria Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Valério Rohden
- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Roberto Camps Moraes
- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – Adriano Premevida
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, temo e democrático?* – Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração* – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul – Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janelas: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentl Delanhesi
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – Sonia Montano
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Carlos Daniel Baio
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminotti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de modelos regulatórios* – Wilson Engelmann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascudo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel*
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Petterle
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins

- N. 131 *A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira e Ederson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Nicklass Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: o caso dos guarani* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airoso da Motta
- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greycy Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Domênica Hattge e Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camila Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schutz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou "por que voltar ao México 100 anos depois"* – Claudia Wasserman
- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaikowá e guarani Te'yikue no município de Caaraó-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Máio Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perroux Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brayner de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimizações culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva
- N. 164 *Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
- N. 165 *Agostos! A "Crise da Legalidade": vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre* – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 *Convivialidade e decrescimento* – Serge Latouche
- N. 167 *O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luis do Paraitinga* – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 *O decrescimento e o sagrado* – Serge Latouche
- N. 169 *A busca de um ethos planetário* – Leonardo Boff
- N. 170 *O salto mortal de Louk Hulsman e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo* – Marco Antonio de Abreu Scapini
- N. 171 *Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes* – Gerson Egas Severo
- N. 172 *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais* – Bruno Pucci
- N. 173 *Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral* – João Roberto Barros II
- N. 174 *Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas* – Marcelo Fabri
- N. 175 *Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes* – Lucas Mateus Dalsotto e Everaldo Cescon
- N. 176 *Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas* – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 *Um caminho de educação para a paz segundo Locke* – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 *Crime e sociedade estamental no Brasil: De como la ley es como la serpiente, solo pica a los descalzos* – Lenio Luiz Streck
- N. 179 *Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau* – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 *Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização* – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 *Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade* – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 *Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro* – José Rogério Lopes
- N. 183 *A Europa e a ideia de uma economia civil* – Stefano Zamagni
- N. 184 *Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como "discurso-limite")* – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 *A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade* – Stefano Zamagni
- N. 186 *A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados* – Joseane Mariéle Schuck Pinto
- N. 187 *Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil* – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 *Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção* – Luis David Castiel
- N. 189 *Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero* – Marlene Tamanini
- N. 190 *Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito* – Claudia Fonseca
- N. 191 *#VEMpraRUA: Outono brasileiro? Leituras* – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci

- N. 192 *A ciência em ação de Bruno Latour* – Leticia de Luna Freire
- N. 193 *Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma questão sociotécnica* – Rodrigo Ciconet Domelles
- N. 194 *A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade* – Heloisa Helena Barboza
- N. 195 *Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica* – Pedro Henrique de Moraes Campetti e Tiago Wickstrom Alves
- N. 196 *A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico* – Adolfo Nicolás
- N. 197 *Brasil: verso e reverso constitucional* – Fábio Konder Comparato
- N. 198 *Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva* – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 *Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI* – Felipe Bragagnolo e Paulo César Nodani
- N. 200 *Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia* – Natalia Martinuzzi Castilho
- N. 201 *Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética* – Jordi Maiso
- N. 202 *Fim da Política, do Estado e da cidadania?* – Roberto Romano
- N. 203 *Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania* – Maria da Glória Gohn
- N. 204 *As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend* – Miguel Ângelo Flach
- N. 205 *Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro* – Fábio Konder Comparato
- N. 206 *Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: Technological society and the defense of the individual* – Karla Saraiva
- N. 207 *Territórios da Paz: Territórios Produtivos?* – Giuseppe Cocco
- N. 208 *Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro* – Roberta Camineiro Baggio
- N. 209 *As possibilidades da Revolução em Elul* – Jorge Barrientos-Parra
- N. 210 *A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben* – Márcia Rosane Junges
- N. 211 *Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo* – Sandra Caponi
- N. 212 *Verdade e História: arqueologia de uma relação* – José D'Assunção Barros
- N. 213 *A Relevante Herança Social do Pe. Amstad SJ* – José Odelso Schneider
- N. 214 *Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze* – Sandro Chignola
- N. 215 *Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Libertação* – Alejandro Rosillo Martínez
- N. 216 *A realidade complexa da tecnologia* – Alberto Cupani
- N. 217 *A Arte da Ciência e a Ciência da Arte: Uma abordagem a partir de Paul Feyerabend* – Hans Georg Flickinger
- N. 218 *O ser humano na idade da técnica* – Humberto Galimberti
- N. 219 *A Racionalidade Contextualizada em Feyerabend e suas Implicações Éticas: Um Paralelo com Alasdair MacIntyre* – Halina Macedo Leal
- N. 220 *O Marquês de Pombal e a Invenção do Brasil* – José Eduardo Franco
- N. 221 *Neurofuturos para sociedades de controle* – Timothy Lenoir
- N. 222 *O poder judiciário no Brasil* – Fábio Konder Comparato
- N. 223 *Os marcos e as ferramentas éticas das tecnologias de gestão* – Jesús Conill Sancho
- N. 224 *O restabelecimento da Companhia de Jesus no extremo sul do Brasil (1842-1867)* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 225 *O grande desafio dos indígenas nos países andinos: seus direitos sobre os recursos naturais* – Xavier Albó
- N. 226 *Justiça e perdão* – Xabier Etxeberria Mauléon
- N. 227 *Paraguai: primeira vigilância massiva norte-americana e a descoberta do Arquivo do Terror (Operação Condor)* – Martín Almada
- N. 228 *A vida, o trabalho, a linguagem. Biopolítica e biocapitalismo* – Sandro Chignola
- N. 229 *Um olhar biopolítico sobre a bioética* – Anna Quintanas Feixas
- N. 230 *Biopoder e a constituição étnico-racial das populações: Racialismo, eugenia e a gestão biopolítica da mestiçagem no Brasil* – Gustavo da Silva Kern
- N. 231 *Bioética e biopolítica na perspectiva hermenêutica: uma ética do cuidado da vida* – Jesús Conill Sancho
- N. 232 *Migrantes por necessidade: o caso dos senegaleses no Norte do Rio Grande do Sul* – Dirceu Benincá e Vânia Aguiar Pinheiro
- N. 233 *Capitalismo biocognitivo e trabalho: desafios à saúde e segurança* – Elsa Cristine Bevan
- N. 234 *O capital no século XXI e sua aplicabilidade à realidade brasileira* – Róber Iturrut Avila & João Batista Santos Conceição
- N. 235 *Biopolítica, raça e nação no Brasil (1870-1945)* – Mozart Linhares da Silva
- N. 236 *Economias Biopolíticas da Dívida* – Michael A. Peters
- N. 237 *Paul Feyerabend e Contra o Método: Quarenta Anos do Início de uma Provocação* – Halina Macedo Leal
- N. 238 *O trabalho nos frigoríficos: escravidão local e global?* – Leandro Inácio Walter
- N. 239 *Brasil: A dialética da dissimulação* – Fábio Konder Comparato
- N. 240 *O irrepresentável* – Homero Santiago
- N. 241 *O poder pastoral, as artes de governo e o estado moderno* – Castor Bartolomé Ruiz
- N. 242 *Uma crise de sentido, ou seja, de direção* – Stefano Zamagni
- N. 243 *Diagnóstico Socioterritorial entre o chão e a gestão* – Dirce Koga
- N. 244 *A função-educador na perspectiva da biopolítica e da governamentalidade neoliberal* – Alexandre Filordi de Carvalho
- N. 245 *Esquecer o neoliberalismo: aceleracionismo como terceiro espírito do capitalismo* – Moysés da Fontoura Pinto Neto



Andrea Fumagalli. Doutor em Economia Política (1990) pela Università Bocconi e Università Cattolica di Milano, Milão. Graduado em Economia e Ciências Sociais (1984), pela mesma instituição e posteriormente desenvolveu atividades de pesquisa em parceria com *École des Hautes Études em Sciences Sociales* (Paris) e *New School for Social Research* (Nova York). Professor no Departamento de Economia Política e Método Quantitativo da Faculdade de Economia e Comércio da Università di Pavia, Itália. Seus temas de interesse são teoria macroeconômica, teoria do circuito monetário; economia da inovação e da indústria, flexibilidade do mercado de trabalho e mutação do capitalismo contemporâneo: o paradigma do capitalismo cognitivo, entre outros.

Algumas publicações do autor

- FUMAGALLI, Andrea. *Lavoro, male comune*. Milão: Editore Mondadori Bruno, 2013.
- _____. *La crisi economica globale. Mercati finanziari, lotte sociali e nuovi scenari politici*. Verona: Ombre corte, 2009.
- _____. *Bioeconomia e capitalismo cognitivo. Verso un nuovo paradigma di accumulazione*. Roma: Carocci Editore, 2007.
- _____. *Il lavoro. Nuovo e vecchio sfruttamento*. Milão: Punto Rosso, 2006.
- _____. *Finanza fai da te. Borsa e risparmi nel mercato globale*. Roma: DeriveApprodi, 2001.

Outras contribuições

- FUMAGALLI, Andrea. *A morte da democracia e a farsa neoliberal da neutralidade da moeda*. Revista IHU On-Line, n. 473. [28.09.2015]. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos – IHU. A entrevista foi realizada por *Márcia Junges*. A tradução é de Ramiro Mincato.
- _____. *Do Welfare State para o Workfare e a necessidade de novos sistemas financeiros autônomos*. Entrevista especial publicada por IHU On-Line, no dia 02 de Outubro de 2015. Disponível em: goo.gl/66zAJE. A entrevista foi realizada por Patricia Fachin.
- _____. *O biopoder e os mercados financeiros*. Revista IHU On-Line, n. 418. [13.05.2013]. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos – IHU. A entrevista foi realizada por Graziela Wolfart. A tradução é de Sandra Dall Onder.
- _____. *Os impactos da financeirização sobre o sujeito*. Revista IHU On-Line, n. 343. [13.09.2010]. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos – IHU. A entrevista foi realizada por Márcia Junges. A tradução é de Anete Amorim Pezzini.
- _____. *As finanças no comando bioeconômico do trabalho vivo*. Revista IHU On-Line, n. 327. [03.05.2010]. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos – IHU. A entrevista foi realizada por Cesar Sanson e Graziela Wolfart. A tradução é de Benno Dischinger.
- _____. *“Os mercados financeiros são o coração pulsante do capitalismo cognitivo”*. Revista IHU On-Line, n. 302. [03.08.2009]. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos – IHU. A entrevista foi realizada por Graziela Wolfart.



UNISINOS